

Direito Notarial e Registral

1. Letícia, cidadã brasileira residente em Milão, pretende regularizar a documentação de seu casamento no exterior. Para isso, entrou em contato com sua irmã, Paula, no Brasil, pedindo que providenciasse a apostila do documento que comprova a união estável anteriormente registrada em cartório. Paula dirigiu-se a um serviço de notas no interior do estado, mas foi informada de que o serviço não estava disponível. Inconformada, alega que todos os cartórios teriam obrigação de oferecer o serviço de apostilamento, e decidiu acionar a Corregedoria local.

Com base no Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça, **assinale a alternativa correta:**

- A) A prestação do serviço de apostilamento é obrigatória para todas as serventias, independentemente da localização.
- B) O serviço de apostilamento nos cartórios do interior dos estados é facultativo, mas recomendável para garantir maior capilaridade.
- C) As serventias do interior são obrigadas a prestar o serviço apenas se houver solicitação formal do CNJ.
- D) O serviço de apostilamento pode ser prestado exclusivamente nas capitais dos estados, conforme regulamentação da Convenção da Apostila.
- E) Todas as serventias que prestarem serviços notariais devem, obrigatoriamente, estar cadastradas para apostilamento.

Gabarito: B

Letra A: Incorreta

A obrigatoriedade é restrita aos serviços de notas e de registro das capitais dos estados e do DF, não a todas as serventias. (Art. 3º, caput, CNN – Provimento nº 149/2023)

Letra B: Correta

O cadastramento e a prestação do serviço de apostilamento pelos serviços de notas e de registro do interior de cada Estado serão facultativos, mas recomendáveis para conferir melhor capilaridade ao serviço. (Art. 3º, §2º, CNN – Provimento nº 149/2023)

Letra C: Incorreta

Não há qualquer previsão de obrigação condicionada à solicitação formal do CNJ. (Art. 3º, §2º, CNN – Provimento nº 149/2023)

Letra D: Incorreta

A Convenção da Apostila não trata da restrição da prestação do serviço às capitais. (Art. 3º, caput e §2º, CNN – Provimento nº 149/2023)

Letra E: Incorreta

Não há obrigatoriedade universal de cadastramento. (Art. 3º, §2º, CNN – Provimento nº 149/2023)

2. No Cartório do 2º Ofício de Notas da cidade de Porto Alegre, implementou-se o serviço de mediação extrajudicial. Em razão da alta demanda, o tabelião responsável decidiu utilizar simultaneamente dois livros eletrônicos para lavratura dos termos das audiências. Para garantir a organização, também instituiu um livro de carga físico destinado ao controle do uso dos livros por

seus escreventes. Um dos escreventes, João Pedro, pretendia utilizar o livro eletrônico sob responsabilidade da escrevente Amanda, que estava ausente naquele dia.

Com base no Código Nacional de Normas – Provimento nº 149/2023, **assinale a alternativa correta:**

- A) Não é permitida a utilização simultânea de mais de um livro de mediação eletrônico.
- B) Cada livro eletrônico poderá ser utilizado por diversos escreventes simultaneamente sem necessidade de autorização prévia.
- C) O livro sob responsabilidade de um escrevente é de uso exclusivo, sendo necessária autorização prévia lançada e datada no livro de carga para utilização por outro escrevente.
- D) A utilização do livro de carga é facultativa para os serviços notariais e de registro que utilizam mais de um livro eletrônico simultaneamente.
- E) A autorização para uso compartilhado do livro eletrônico não necessita ser registrada formalmente.

Gabarito: C

Letra A: Incorreta

O Provimento permite explicitamente a utilização simultânea de mais de um livro eletrônico. (Art. 43, § 4.º CNN – Provimento nº 149/2023)

Letra B: Incorreta

O livro sob responsabilidade de um escrevente é de uso exclusivo, não podendo ser utilizado livremente por outros. (Art. 43, § 6.º CNN – Provimento nº 149/2023)

Letra C: Correta

É necessária autorização prévia, lançada e datada no livro de carga, para uso por outro escrevente. (Art. 43, § 6.º CNN – Provimento nº 149/2023)

Letra D: Incorreta

A adoção do livro de carga é obrigatória quando há utilização simultânea de mais de um livro. (Art. 43, § 5.º CNN – Provimento nº 149/2023)

Letra E: Incorreta

A autorização deve obrigatoriamente ser formalizada, lançada e datada no livro de carga pelo notário ou registrador. (Art. 43, § 6.º CNN – Provimento nº 149/2023).

3. O Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte adotou recentemente a prática de realizar sessões gratuitas de mediação para atender demandas relacionadas à assistência judiciária gratuita, como forma de contrapartida à autorização para realizar mediações. Além disso, o responsável pelo cartório cogitou a possibilidade de incluir, nas escrituras públicas expedidas pelo cartório, cláusula compromissória obrigando as partes a realizarem conciliação extrajudicial caso surgisse conflito futuro sobre o mesmo objeto.

De acordo com o Código Nacional de Normas – Provimento nº 149/2023, **assinale a alternativa correta:**

- A) Não há obrigação legal para que os serviços notariais e registrais realizem sessões gratuitas de mediação ou conciliação.
- B) Os serviços notariais e registrais devem realizar sessões não remuneradas para atender demandas de gratuidade, com percentual mínimo fixado pelos tribunais, não inferior a 10% da média semestral das sessões realizadas.
- C) Os serviços notariais e registrais podem livremente estabelecer cláusula compromissória de mediação nos documentos que expedir.
- D) O percentual mínimo obrigatório de sessões gratuitas é sempre inferior a 10% da média semestral das sessões remuneradas realizadas.
- E) Os tribunais não possuem competência para determinar o percentual mínimo obrigatório das sessões não remuneradas realizadas pelos serviços notariais e registrais.

Gabarito: B

Letra A: Incorreta

Existe a obrigação legal expressa dos serviços notariais e registrais de realizarem sessões gratuitas para atender demandas de gratuidade. (Art. 55 CNN – Provimento nº 149/2023)

Letra B: Correta

Os tribunais definirão o percentual mínimo de sessões gratuitas, não inferior a 10% da média semestral das sessões realizadas. (Art. 55 e parágrafo único CNN – Provimento nº 149/2023)

Letra C: Incorreta

É vedado expressamente aos serviços notariais e registrais estabelecer cláusula compromissória nos documentos que expedirem. (Art. 56 CNN – Provimento nº 149/2023)

Letra D: Incorreta

O percentual mínimo obrigatório não poderá ser inferior a 10% da média semestral das sessões realizadas. (Art. 55, parágrafo único CNN – Provimento nº 149/2023)

Letra E: Incorreta

Os tribunais têm competência expressa para fixar o percentual mínimo obrigatório das sessões não remuneradas. (Art. 55, parágrafo único CNN – Provimento nº 149/2023).

4. Flávio é delegatário de um cartório de Registro Civil classificado como Classe II. Visando adequar sua serventia à LGPD e à regulamentação da Corregedoria Nacional de Justiça, ele contratou uma empresa terceirizada de tecnologia para gestão do banco de dados e iniciou a revisão dos contratos em vigor. Durante esse processo, Flávio optou por revisar apenas os contratos com seus fornecedores externos, desconsiderando os contratos firmados com seus próprios empregados. Além disso, ele não elaborou qualquer termo específico sobre tratamento de dados nem cláusulas de descarte, alegando que tais exigências seriam irrelevantes para a pequena estrutura da serventia.

Com base na disciplina da revisão contratual prevista no Código Nacional de Normas – Provimento nº 149/2023, **assinale a alternativa correta:**

- A) Henrique está correto ao revisar apenas os contratos com fornecedores externos, pois os contratos com empregados não se enquadram como atividade de tratamento de dados.
- B) A elaboração de cláusulas de descarte de dados é opcional, a depender da estrutura da serventia, não sendo exigência expressa da norma.
- C) O responsável pela serventia deve revisar todos os contratos celebrados, inclusive com seus empregados, exigindo adequação às normas de privacidade.
- D) A inclusão de “Termo de Tratamento de Dados Pessoais” é exigida apenas em contratos com administradores e nunca com operadores externos.
- E) A serventia não precisa realizar auditorias regulares com terceiros com quem compartilha dados, se os dados forem anonimizados.

Gabarito: C

Letra A – Incorreta.

Os contratos celebrados com os empregados também devem ser revisados para incluir obrigatoriamente cláusulas de respeito à proteção de dados. (Art. 86, I – Provimento nº 149/2023)

Letra B – Incorreta.

A norma exige a inclusão de cláusulas de descarte nos contratos, convênios e instrumentos congêneres, conforme a finalidade e necessidade. (Art. 86, IV – Provimento nº 149/2023)

Letra C – Correta.

A revisão contratual deve abranger todos os contratos firmados pela serventia, inclusive com empregados, com a obrigatoriedade de inclusão de cláusulas que respeitem a LGPD. (Art. 86, I – Provimento nº 149/2023)

Letra D – Incorreta.

O “Termo de Tratamento de Dados Pessoais” deve ser firmado com os operadores externos, contendo finalidades, dados e limites. (Art. 86, III – Provimento nº 149/2023)

Letra E – Incorreta.

Devem ser implementados procedimentos regulares de auditoria na gestão de terceiros com quem houver compartilhamento de dados, independentemente da anonimização. (Art. 86, VI – Provimento nº 149/2023)

5. O Oficial do Registro de Imóveis recebeu para qualificação um instrumento particular de doação de imóvel com valor declarado muito inferior ao valor de mercado. O pagamento foi descrito como realizado parcialmente em espécie, sem comprovação documental, e o doador indicava como beneficiário final uma pessoa jurídica sediada em país com regime fiscal privilegiado. O oficial suspeitou de possível indício de lavagem de dinheiro e ponderou sobre os deveres que deveria adotar de acordo com a política de PLD/FTP vigente. Com base no Provimento nº 149/2023, **assinale a alternativa incorreta:**

- A) A operação exige análise com especial atenção por envolver valor incompatível com o mercado, pagamento em espécie e beneficiário sediado em jurisdição de risco.
- B) É obrigatória a comunicação à UIF se, após a análise, concluir-se pela existência de indícios de lavagem de

dinheiro.

C) A comunicação à UIF deverá ser realizada por meio do Siscoaf, observando-se o sigilo da informação.

D) O monitoramento e a seleção de operações, cuja comunicação à UIF independa de análise, serão concluídos em até 45 (trinta) dias.

E) O oficial deve manter registro eletrônico com todas as informações relevantes da operação.

Gabarito: D

Letra A – Correta.

Trata-se de hipótese de análise com especial atenção, conforme Art. 155-A, incisos III, V, VI, XI e XIII do Provimento nº 149/2023.

Letra B – Correta.

Confirmado o indício, a comunicação torna-se obrigatória (Art. 151, I – Provimento nº 149/2023).

Letra C – Correta.

O envio à UIF se dá via Siscoaf, com garantia de sigilo (Art. 151, § 3º e Art. 154 – Provimento nº 149/2023).

Letra D – Incorreta.

O monitoramento e a seleção de operações, propostas de operação ou situações cuja comunicação à UIF independa de análise serão concluídos em até 30 (trinta) dias, contados da operação, proposta de operação ou situação, após os quais a comunicação deve ser efetuada em 24 (vinte e quatro) horas. (Art. 151, § 1º – Provimento nº 149/2023).

Letra E – Correta.

A obrigação de registro eletrônico está no Art. 149 – Provimento nº 149/2023.

6. Um requerente deseja formalizar um pedido de usucapião extrajudicial de um imóvel que ocupa há mais de 10 anos, e procura um cartório de registro de imóveis para dar início ao procedimento. O imóvel está localizado em uma área urbana, e o requerente apresenta toda a documentação necessária, incluindo a ata notarial, a planta e o memorial descritivo, além das certidões negativas de ações judiciais. No entanto, o requerente também solicita que o procedimento seja processado sem o devido envolvimento judicial, uma vez que ele preferiria resolver a questão de forma extrajudicial. Com base nas normas que regem o procedimento de usucapião extrajudicial, **assinale a alternativa que não está correta** com relação à possibilidade de o requerente dar início ao processo de usucapião extrajudicial e as implicações legais desse procedimento:

A) O pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião pode ser formulado diretamente no ofício de registro de imóveis, desde que o requerente seja representado por advogado ou defensor público, e a localização do imóvel seja determinante para o processamento do pedido na circunscrição competente.

B) Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião formulado pelo requerente representado por advogado ou por defensor público, que será processado diretamente no ofício de registro de imóveis da circunscrição em que estiver localizado o imóvel usucapiendo ou a maior parte dele.

C) Será facultada aos interessados a opção pela via judicial ou pela extrajudicial; podendo ser solicitada, a qualquer momento, a suspensão do procedimento pelo prazo de 60 dias ou a desistência da via judicial para promoção da via extrajudicial.

D) O reconhecimento extrajudicial da usucapião é inaplicável a bens públicos, conforme a legislação vigente, independentemente de haver consentimento da autoridade pública responsável pelo bem.

E) A via extrajudicial de usucapião permite que o requerente utilize as provas produzidas na via judicial caso tenha optado por ela anteriormente, caso o procedimento judicial tenha sido suspenso ou desistido.

Gabarito: B

A) Correta

O pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião pode, de fato, ser formulado diretamente no ofício de registro de imóveis, desde que o requerente seja devidamente representado por advogado ou defensor público, conforme o artigo 399 do Provimento nº 149/2023. (Art. 399 – Provimento nº 149/2023 do CNJ)

B) Correta.

Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião formulado pelo requerente representado por advogado ou por defensor público, que será processado diretamente no ofício de registro de imóveis da circunscrição em que estiver localizado o imóvel usucapiendo ou a maior parte dele. (Art. 399 – Provimento nº 149/2023 do CNJ)

C) Incorreta.

A solicitação de suspensão do procedimento por 30 dias é permitida no procedimento de usucapião extrajudicial e não prejudica a validade das provas já produzidas. Essa possibilidade está expressa no §2º do artigo 399 do Provimento nº 149/2023 do CNJ. (Art. 399, §2º – Provimento nº 149/2023 do CNJ)

D) Correta.

O reconhecimento extrajudicial de usucapião de bens públicos não é permitido pela legislação vigente, conforme expressamente disposto no artigo 399, §4º, do Provimento nº 149/2023 do CNJ, independentemente da autorização de autoridades competentes. (Art. 399, §4º – Provimento nº 149/2023 do CNJ)

E) Correta.

O procedimento de usucapião extrajudicial permite a utilização das provas produzidas na via judicial apenas se o procedimento for suspenso ou desistido. A legislação expressa essa possibilidade no §3º do artigo 399 do Provimento nº 149/2023 do CNJ. (Art. 399, §3º – Provimento nº 149/2023 do CNJ)

7. Durante mutirão de registro civil promovido por um tribunal de justiça em zona rural, compareceu um homem declarando ser pai de uma criança de 8 anos, cuja mãe havia falecido recentemente. Ele apresentou a Declaração de Nascido Vivo (DNV), preenchida à época do parto, constando apenas o nome da mãe, e afirmou que deseja o reconhecimento da paternidade no registro tardio. No entanto, também alegou estar separado de fato de sua esposa atual desde antes da concepção da criança, mas não possui documento formal que comprove essa

separação. Além disso, não há outro documento que comprove o vínculo entre ele e a criança. Diante do caso concreto e do que dispõe o Código Nacional de Normas sobre o registro tardio, **assinale a alternativa correta:**

- A) O registro deverá ser feito sem a indicação de filiação, já que a presunção legal não é aplicável diante da alegada separação de fato.
- B) Mesmo sem prova formal da separação de fato, a presunção legal de paternidade será aplicada com base na certidão de casamento, que comprova vínculo matrimonial vigente à época da concepção.
- C) A maternidade será automaticamente considerada estabelecida, desde que a DNV tenha sido apresentada, sendo vedado qualquer tipo de averbação ou retificação posterior quanto à filiação.
- D) O reconhecimento espontâneo da paternidade somente poderá ocorrer se houver documento lavrado em cartório com anuência da genitora ou sentença judicial autorizando o ato.
- E) A aplicação da presunção legal de paternidade sempre exige que o casamento tenha ocorrido antes do nascimento da criança, ainda que haja certidão de casamento com data posterior.

Gabarito: A

Letra A – Correta.

Quando não for possível estabelecer ao menos um dos genitores com base nos elementos previstos, o registro deve ser lavrado sem a indicação da filiação. Nesse caso, o reconhecimento espontâneo não se comprova documentalmente, e a presunção não se aplica por haver alegação de separação de fato. (Art. 488, §§ 3º, 4º e 5º – Provimento nº 149/2023 do CNJ)

Letra B – Incorreta.

A presunção legal de paternidade fundada no art. 1.597 do Código Civil não se aplica quando o genitor declara estar separado de fato no momento da concepção, conforme prevê expressamente a norma. (Art. 488, § 4º – Provimento nº 149/2023 do CNJ)

Letra C – Incorreta.

A maternidade realmente será considerada estabelecida com base na DNV, mas o lançamento da filiação pode ser revisto ou complementado conforme previsto na norma. A vedação à alteração não é absoluta. (Art. 488, caput – Provimento nº 149/2023 do CNJ)

Letra D – Incorreta.

O reconhecimento espontâneo da paternidade pode ser feito nos termos do art. 1.609, I do Código Civil, independentemente da presença ou anuência da mãe, desde que preenchidos os requisitos legais. (Art. 488, § 1º – Provimento nº 149/2023 do CNJ)

Letra E – Incorreta.

A certidão de casamento pode ser apresentada com data posterior ao nascimento da criança para fins de aplicação da presunção legal de paternidade, desde que não haja declaração de separação de fato no momento da concepção. (Art. 488, § 3º – Provimento nº 149/2023 do CNJ).

8. Com base na Lei nº 6.015/1973, que trata dos registros públicos, somente são admitidos registro:

- I. Escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros
- II. Escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e pelas testemunhas, com ou sem as firmas reconhecidas;
- III. Atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, e registrados no cartório do Registro de Títulos e Documentos, assim como sentenças proferidas por tribunais estrangeiros após homologação pelo Supremo Tribunal Federal;
- IV. Cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo.
- V. Contratos ou termos administrativos, assinados com a União, Estados, Municípios ou o Distrito Federal, independente da finalidade;

Assinale a **alternativa correta:**

- A) I, III e IV apenas.
- B) I, III, IV e V.
- C) II, III, IV e V.
- D) I, II, IV e V.
- E) II, III e V apenas.

Gabarito: A

I – Correta: A Lei nº 6.015/1973, no Art. 221, I, estabelece que são admitidos para registro somente as escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros.

II – Incorreta: O Art. 221, II, exige que os escritos particulares sejam autorizados em lei, assinados pelas partes e pelas testemunhas, e com as firmas reconhecidas. A afirmação na alternativa diz "com ou sem as firmas reconhecidas", o que é incorreto. O reconhecimento das firmas é requisito indispensável.

III – Correta: O Art. 221, III, permite o registro de atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, bem como sentenças proferidas por tribunais estrangeiros, desde que homologadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

IV – Correta: O Art. 221, IV, também autoriza o registro de cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo.

V – Incorreta: O Art. 221, V, permite o registro de contratos ou termos administrativos, assinados com a União, Estados, Municípios ou o Distrito Federal, no âmbito de programas de regularização fundiária ou habitacionais de interesse social. Não para qualquer finalidade.

9. Carlos, bacharel em Direito, após ser aprovado em concurso público, iniciou o exercício de sua delegação em um cartório de registro de imóveis em uma cidade interiorana. Durante uma entrevista concedida à imprensa local, ele afirmou que os serviços notariais e de registro são de natureza pública, sendo diretamente subordinados à administração pública estadual, e que o seu cartório deveria seguir as mesmas normas orçamentárias e de gestão financeira aplicáveis aos órgãos da administração pública direta. Em uma fiscalização realizada pelo Tribunal de Justiça, foi constatado que a serventia não cumpria com o horário mínimo de atendimento ao público,

e que o armazenamento dos livros e documentos não estava adequado para garantir sua segurança. Com base na Lei nº 8.935/1994, assinale a alternativa correta:

- A) Os serviços notariais e de registro são serviços públicos prestados diretamente pela administração pública estadual, subordinados às normas orçamentárias e de gestão financeira do Poder Executivo.
- B) A atividade notarial e de registro é exercida sob regime privado, por delegação do poder público, sendo responsabilidade do titular a gestão financeira e administrativa da serventia.
- C) O cartório de registro de imóveis deve seguir as diretrizes orçamentárias do Poder Judiciário estadual, incluindo a gestão de recursos financeiros e o pagamento de funcionários.
- D) A natureza pública da atividade notarial implica que os cartórios devem seguir rigorosamente as normas da administração pública direta, especialmente nas questões orçamentárias e financeiras.
- E) Os serviços notariais e de registro são exercidos exclusivamente pelo Estado, com a gestão financeira do cartório vinculada ao Tribunal de Justiça estadual.

Gabarito: B

Letra A: Incorreta

O art. 3º da Lei nº 8.935/1994 estabelece que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público. A alternativa A está incorreta porque descreve erroneamente os serviços como prestados diretamente pela administração pública.

Letra B: Correta

A alternativa B está correta, pois está de acordo com o art. 1º e 3º da Lei nº 8.935/1994, que define os serviços notariais e de registro como privados, exercidos por delegação do poder público, com o titular sendo responsável pela gestão administrativa e financeira.

Letra C: Incorreta

O art. 4º da Lei nº 8.935/1994 trata da eficiência e da segurança dos serviços, mas não faz referência à subordinação dos cartórios ao Poder Judiciário estadual. A alternativa C está incorreta, pois a gestão financeira e administrativa do cartório é de responsabilidade do titular.

Letra D: Incorreta

A alternativa D está incorreta porque a Lei nº 8.935/1994 não estabelece a natureza pública da atividade notarial. A atividade notarial e de registro é privada, conforme o artigo 3º.

Letra E: Incorreta

A Lei nº 8.935/1994 não vincula os cartórios à gestão financeira do Tribunal de Justiça estadual. A alternativa E está incorreta porque a responsabilidade pela gestão do cartório é do titular, conforme o artigo 3º.

10. Ricardo e Fabiana decidiram, de forma consensual, realizar o divórcio diretamente em cartório, após quinze anos de casamento. Ambos compareceram ao Tabelionato de Notas acompanhados de um único advogado constituído por eles, já que mantinham boa convivência e tinham bens a partilhar. Durante o atendimento, Fabiana manifestou interesse na gratuidade

dos emolumentos, declarando não possuir condições de arcar com os custos. O tabelião explicou que, apesar da presença de advogado particular, isso não impediria o pedido. Ainda assim, alertou que, mesmo após a lavratura da escritura, ela não seria levada a registro no Livro "E" do Registro Civil das Pessoas Naturais, e que caberia ao Tribunal de Justiça, no futuro, unificar essas informações. Considerando a situação narrada e o disposto na Resolução nº 35/2007 do CNJ, **todas as alternativas estão incorretas, com exceção de:**

- A) A gratuidade dos emolumentos somente será possível se os interessados forem assistidos por defensor público, sendo vedada a cumulação com advogado constituído.
- B) A escolha do tabelião de notas para a lavratura do ato é limitada às regras de competência previstas no Código de Processo Civil, inclusive quanto ao domicílio dos interessados.
- C) A escritura pública depende de homologação judicial para que produza efeitos no registro civil ou imobiliário.
- D) A simples declaração dos interessados, ainda que assistidos por advogado particular, é suficiente para obtenção da gratuidade.
- E) Após a lavratura do ato, o registro da escritura pública no Livro "E" do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais é obrigatório, mesmo que já tenha ocorrido a averbação no assento de casamento.

Gabarito: D

Letra A – Incorreta:

A presença do defensor público não é condição para a gratuidade. A simples declaração dos interessados de que não possuem condições de arcar com os emolumentos é suficiente, ainda que estejam assistidos por advogado particular. (Art. 7º – Resolução nº 35/2007 do CNJ)

Letra B – Incorreta:

Não se aplicam as regras de competência do Código de Processo Civil para a lavratura dos atos notariais da Lei nº 11.441/2007. A escolha do tabelião de notas é livre. (Art. 1º – Resolução nº 35/2007 do CNJ)

Letra C – Incorreta:

As escrituras públicas de inventário, partilha, separação e divórcio não dependem de homologação judicial e produzem todos os efeitos legais por si. (Art. 3º – Resolução nº 35/2007 do CNJ)

Letra D – Correta:

A gratuidade pode ser concedida mediante simples declaração das partes, mesmo que assistidas por advogado constituído, conforme expressamente prevê a norma. (Art. 7º – Resolução nº 35/2007 do CNJ)

Letra E – Incorreta:

A norma é clara ao afirmar que é desnecessário o registro da escritura pública no Livro "E" do Registro Civil das Pessoas Naturais, embora caiba ao Tribunal de Justiça promover medidas para unificação dessas informações. (Art. 10 – Resolução nº 35/2007 do CNJ).

Lia Reino
Instagram: @liareino_

Simulado
ENAC
Exame Nacional dos Cartórios

**Clique no BOTÃO
abaixo e tenha acesso!**

Garanta o seu!

**São 10 simulados inéditos, com 100
questões cada, no padrão da prova FGV.**

-  **Casos práticos, enunciados estratégicos e com gabarito comentado.**
-  **Distribuição exata das disciplinas do edital.**
-  **Para treinar, errar, revisar e ganhar estratégia de verdade.**

Quem simula, aprova!

Este simulado é uma prova-teste, criada por Lia Reino, no formato FGV, para testar seus conhecimentos para o ENAC.